



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XII - Nº 220 - DE 06 A 20 DE AGOSTO DE 2001 - R\$ 1,00

## **Combinar as reivindicações vitais com as bandeiras antiimperialistas**

- **Salário Mínimo Real de 2 mil reais**
- **Reposição de todas as perdas**
- **Escala Móvel de salários**
- **Nenhuma demissão - estabilidade para todos**
- **Escala móvel de horas de trabalho**
- **Terra aos sem-terra - em defesa das ocupações - Fim do latifúndio**
- **Saúde, Educação e previdência públicas para todos - estatização da rede particular**
- **Fim das privatizações - reestatização das já privatizadas sob controle operário**
- **Não pagamento da dívida externa**
- **Rompimento dos acordos com o imperialismo**
- **Estatização do capital financeiro sob controle dos trabalhadores**
- **Abaixo o governo FHC/FMI e seu plano de fome**

**Viva o 66º aniversário do POR boliviano!  
Viva a revolução e ditadura proletárias!**

# Governo e capitalistas atacam a vida da população

A superexploração é própria do funcionamento do capitalismo. A necessidade da burguesia extrair o máximo de lucro e acumular capital resulta contraditoriamente em aumento de produtividade em favor do capital e em miséria para as massas. Essa contradição se agrava nos momentos de crise econômica. É o que se passa.

O governo impõe ao funcionalismo o maior arrocho já conhecido ( sete anos sem reajuste), sustenta uma lei salarial dita antiinflacionária que permite à burguesia não repor perdas, muito menos aumento real, reduz os serviços sociais ao mínimo, como previdência, educação, saúde (são os cortes orçamentários), aumenta as tarifas públicas (água, luz, transporte) e sobrecarrega nos impostos. Acrescenta-se a esse cerco contra os trabalhadores o desemprego crescente, a opressão sobre o camponês, o pequeno e médio produtor agrário, acompanhado da concentração da propriedade latifundiária e expulsão de camponeses das terras.

Somando tudo isso, temos o aumento da taxa de exploração do trabalho, crescimento da pobreza e da miséria.

O governo e a burguesia usam de vários recursos para aumentar a taxa de exploração: introdução de novas máquinas, que trazem demissão, hora-extra, redução dos serviços sociais, eliminação de direitos trabalhistas, legislação salarial repressiva, taxas de juros, impostos, tarifas altas, diferença cambial (desvalorização do Real frente ao Dólar). Tudo isso está em pleno vigor.

Agora mesmo, a tarifa de energia foi para o alto, aumentou o preço da gasolina, gás, as passagens subiram cerca de 20% e o mesmo acontece com os alimentos. O governo e os capitalistas descarregam a crise de seu sistema econômico sobre a classe operária, camponeses e a camada da classe média urbana arruinada.

## Mas que crise é essa?

Se exploração sempre foi tão eficaz e a burguesia tem acumulado muito capital, então que crise é essa? Trata-se da

impossibilidade dos capitalistas continuarem aplicando na produção parte significativa de capital acumulado. A capacidade industrial mundial atingiu um ponto alto e o mercado, também mundial, já não pode ter grande expansão, estreita-se cada vez mais frente às forças produtivas (compostas de força de trabalho e de maquinário/tecnologia). Há excesso de capacidade industrial e excesso de capital acumulado, que se tornou totalmente parasitário na forma de capital financeiro. E por debaixo dessa estrutura encontram-se bilhões de trabalhadores miseráveis, que não podem consumir sequer as calorias necessárias e ter um teto.

O capitalismo no Brasil é parte dessa realidade e a reflete em grande medida, embora tenha suas particularidades. Mas há um fator agravante em sua crise estrutural, que como vimos é mundial. Ocupa um lugar de capitalismo atrasado, semicolonial, isto é, submetido à exploração pelas potências imperialistas, como Estados Unidos, Inglaterra, Japão etc. Elas controlam o mercado mundial, determinam os preços das mercadorias, impõem restrições comerciais (protecionismos), monopolizam a indústria de bens de produção (máquinas e tecnologia), dominam todos os ramos fundamentais da produção e impõem a lei da usura do capital financeiro.

As forças produtivas internas ao Brasil estão em grande medida condicionadas por essa estrutura mundial, pois são parte constitutiva dela. As potências apóiam a concentração de capital sobre o controle, no mundo todo, de uma fração significativa dessas forças produtivas e valem-se do poderio financeiro para extorquir parte das riquezas produzidas nas semicolônias.

Os governos e a burguesia semicoloniais - é o caso do Brasil - curvam-se diante dos gigantes, refletindo a lei de acumulação de capital e desenvolvimento desigual do capitalismo mundial. Para protegerem os interesses maiores do capitalismo, permitem o saque do país, esmolam perante o capital financeiro, colocam-se como serviçais das multinacionais e sempre acabam aplicando a

política econômica ditada de fora (FMI/Banco Mundial).

Está aí um fator de agravamento da crise estrutural nas semicolônias.

Suas forças produtivas, organização do trabalho, contabilidade nacional, orçamentos, sistema tributário, tarifas públicas, estrutura educacional, de saúde etc estão determinadas, em última instância, pela diretriz do capital financeiro credor e pelas multinacionais. O Estado burguês semicolonial está obrigado a responder pela acumulação imperialista, isto é, aos monopólios. De forma que atua sobre a economia interna, as relações de trabalho e sobre as a vida das massas para sustentar o parasitismo do capital internacional (imperialismo).

O Plano Real, o Plano de Privatizações, as reformas nas várias esferas e medidas conjunturais expressam a acumulação parasitária externa em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas internas e contra a vida das massas. Os "acordos" com o FMI estipulam metas orçamentárias que garantam o saque e protejam os credores.

Não é por acaso que, quando uma voz burguesa timidamente nacionalista ou reformista apregoa alguma restrição aos saqueadores, logo chovem vozes sobre o perigo de isolar o Brasil, de perder investimentos estrangeiros, de faltar capital etc.

## Combinar as reivindicações vitais com as bandeiras antiimperialistas.

Mas o fundamental para a compreensão da classe operária e demais oprimidos é que as saídas para as situações de agravamento da crise capitalista desembocam no aumento da exploração e da miséria das massas. E que a burguesia nacional, seus governos e partidos não podem reagir contra o saque imperialista, traçar uma política econômica que atenda minimamente as necessidades de milhões de pobres e miseráveis. Somente o proletariado, unido aos camponeses e os trabalhadores de classe média, que conformam a maioria nacional oprimida, pode enfrentar a opressão imperia-

lista e se contrapor à exploração capitalista.

Por seu lugar que ocupa na produção, a classe operária tem em suas mãos a tarefa histórica de expropriar a burguesia, tomando-lhe o poder do estado e da economia. É necessário colocar para os trabalhadores a tarefa da revolução proletária, ou seja, da revolução socialista.

Não se pode desligar as necessidades elementares, por onde começa a luta dos explorados, da estratégia revolucionária.

Está colocado nas condições desenvolver a luta de classe em torno das reivindicações vitais e das bandeiras antiimperialistas. Por esse caminho, amadurecerão as condições futuras para derrubar a burguesia e implantar a ditadura do proletariado.

Trabalhar a fundo contra a exploração, a fome e miséria das massas e contra a espoliação imperialista é trabalhar pela revolução socialista. Faz parte desse combate constituir o Partido Operário

Revolucionário, através de células nas fábricas, campo, escolas, bairros, repartições públicas.

A compreensão dos fatores de desintegração do capitalismo e do avanço da miséria nos leva à necessidade do partido. No momento, a combinação das reivindicações elementares com as de cunho antiimperialista, que coloquem o proletariado na cabeça dos movimentos que explodem por toda parte e ampliam a luta de classe, é a tarefa essencial.

## Crise no Brasil se agravará como na Argentina

A inflação de 0,88% em julho mostrou que deve ultrapassar os 12% ao final do ano. Os maiores fatores de pressão sobre a inflação têm sido os reajustes ditados pelo próprio governo, de tarifas públicas, gasolina, gás, passagens de ônibus etc. As sucessivas desvalorizações do Real diante do dólar estimulam ainda mais essas tendências. O governo FHC foi novamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pedir ajuda.

As tendências da crise brasileira fazem parte da conjuntura mundial, e são em grande medida determinadas por ela.

O quadro internacional é de uma estagnação geral. A economia norte-americana deve crescer cerca de 1% este ano, indicando as tendências recessivas, que não são contidas nem mesmo com financiamento quase gratuito oferecido pelo Banco Central. A economia alemã indica estagnação, desmoronando as expectativas de que o recuo ianque abra caminho para o avanço europeu. O Japão não sai do atoleiro econômico em que encontra há 11 anos.

O capital financeiro internacional busca vorazmente preservar a lucratividade investindo nos mercados financeiros dos países atrasados, que por imposição da política imperialista pagam taxas de juros 5 vezes maiores que dos Estados Unidos. O problema é que as frágeis economias dos países atrasados não têm como sustentar tamanho parasitismo por muito tempo, num quadro de estagnação da economia mundial. Os cortes de gastos nos serviços públicos, as privatizações e a abertura de mercado vão criando as condições para a

inadimplência. O envio sistemático de dólares e riquezas ao exterior se exaure em pouco tempo. Como mantê-lo, se o comércio exterior impõe balanças comerciais negativas (mais importações que exportações) e os cortes de gastos não são suficientes para manter o parasitismo? Como obter mais empréstimos junto aos bancos estrangeiros, se as reservas cambiais se reduzem mês a mês, pela sangria e pela necessidade de preservar o valor artificial da moeda frente ao dólar por meio de aumento das taxas de juros e queima de dólares do caixa público? Quem empresta a alguém que a cada dia tem menos condições de pagar?

Na Argentina, o governo chegou a situação limite: não tem mais reservas nem onde cortar gastos públicos. Sua resposta: redução dos salários dos funcionários em 13%, criação de mais impostos, mais juros aos investidores, empréstimo do FMI. Tudo isso para arrecadar mais 2,5 bilhões e entregá-los aos credores. Estes ameaçam se retirar imediatamente do país com seus dólares e fazer o peso despencar diante do dólar. Estão blefando, porque a quebra da Argentina levaria a outras pelo mundo, fazendo os investidores perder centenas de bilhões.

No Brasil, a falta de ação mais ostensiva do governo para evitar a desvalorização do Real indica que se trata de uma política acertada com o imperialismo para tentar atenuar a crise. A desvalorização do Real leva a maiores taxas de juros aos credores, a uma maior capacidade exportadora dos produtos brasileiros, a fim de arrecadar mais dólares no mercado externo (o que deve ser

dificultado pela estagnação mundial e pela queda dos preços dos produtos agrários e semimanufaturados imposta pelos monopólios comerciais), e à redução indireta dos salários, pela inflação. A crise política dificulta acordos no sentido de elevar impostos, portanto a ofensiva do governo virá pelos cortes de gastos públicos, em especial saúde e educação, que ainda podem ser privatizados. A ofensiva de implantar as fundações nas universidades responde a essa necessidade governamental imediata de corte de gastos. Há iniciativas de cortes de despesas em organismos públicos, como a proposta de redução, em São Paulo, do orçamento do poder judiciário de 7% para 6% do ICMS, o que levará a demissões e redução de salários, pelo caminho do corte das chamadas “gratificações”, que é a parte do salário que pode ser legalmente reduzida. E novamente o governo busca empréstimo do FMI, para garantir o pagamento dos credores. As medidas que têm sido tomadas são uma espécie de antecipação de resposta à situação que chegaremos num breve futuro, muito semelhante à da Argentina, daí sua semelhança.

O agravamento da crise aponta para a necessidade da resposta das massas à ofensiva capitalista. E as condições são extremamente favoráveis para a luta nacional de massa: há insatisfação generalizada contra o governo e sua política, as reivindicações mais sentidas se chocam contra a essência da política econômica, o aparato repressivo burguês está em crise (greve das polícias), a burguesia está dividida ao redor da crise econômica e os bandos burgueses se atacam uns

aos outros com denúncias. O problema é que as direções majoritárias do movimento estão de mãos dadas na preservação da essência da política ditada pelo imperilismo, tanto a burocracia direitista quanto a reformista. E a maioria das correntes está já mergulhada no mais profundo eleitoralismo distraçionista das lutas. Como não há partido revolucionário estruturado, a burguesia enfraquecida ainda conta com a ajuda da burocracia para manter as lutas divididas e isoladas, desta forma facilmente derrotáveis.

As medidas paliativas não escondem a essência do problema, que é a desintegração do capitalismo mundial. Trata-se de um modo de produção que não consegue, por sua própria dinâmica interna, reproduzir plenamente as formas de produção e exploração do trabalho assalariado. A cada dia, agravam-se suas contradições, e a crise energética mundial é exemplo disso. Não há interesse para investidores aplicar dinheiro num mercado que depende de um crescimento econômico e demora às vezes décadas para repor o capital investido. O futuro

da energia tão necessária à humanidade depende de acabar com o modo capitalista de produção e instituir o planejamento socialista.

As burguesias nacionais dos países atrasados como o Brasil, formadas em ligação umbilical com o capital imperialista, aplicam políticas que preservam imediatamente os ganhos dos parasitas, mas que vão acumulando contradições para crises mais violentas no futuro. A ruptura desse ciclo infernal depende do proletariado liderar a nação oprimida para realizar a revolução proletária.

## O modo petista de governar: Guarulhos

# A Prefeitura Petista e os Perueiros

Em Guarulhos a falta de empregos é contundente para a maioria da população. A transferência e o fechamento de inúmeras empresas do município elevou o número de desempregados. Vários trabalhadores que se viram sem emprego procuraram alternativas para levar os alimentos a seus familiares. A compra de uma perua ou de uma barrquinha com o fundo de garantia foi a saída encontrada por eles para resolver este problema.

Em Guarulhos, os perueiros e camelôs tiveram muitas lutas contra as administrações Nefi/Jovino (PTB/PV). Nestas últimas eleições, um grande número de perueiros e camelôs votou em Elói Pietta (PT), esperando que este resolvesse seus problemas, deixando-os trabalhar livremente. Avreditararam nas promessas de Pietta em busca de votos.

Mas poucos meses depois de empossado, a administração petista se mostra totalmente subordinada às empresas de ônibus (que financiaram sua campanha) e às grandes redes comerciais e começa um ataque aos perueiros e camelôs. Vários trabalhadores foram proibidos de buscar seu ganha

ção. Barracas e peruas são apreendidas, mercadorias são confiscadas, etc.

Nestas últimas semanas pudemos ver a resposta dos perueiros a esta situação. Uma revolta instintiva, pois o sindicato da categoria, apesar de novo, já está totalmente burocratizado, buscando desviar a luta da categoria para a pressão parlamentar.

Contra a burocratização do sindicato e para transformar o levante instintivo dos perueiros em um movimento organizado, surge a ainda embrionária "União dos Perueiros". É necessário que os lutadores desta revolta instintiva se somem à União e que passem ao ataque por melhores condições de trabalho e para que possa quebrar a nefasta pressão das empresas de ônibus, para proibir o trabalho dos perueiros. Temos mais uma experiência com o modo petista de governar. Para os capitalistas do transporte tudo, para os perueiros a proibição e a polícia. Nossa bandeira: total liberdade de trabalho aos perueiros! Nenhuma repressão ao movimento! Unir os perueiros à luta dos operários e camponeses!

## Ato contra a Alca

A manifestação contra a ALCA, organizada pela CUT, PT, PCdo B, MST, PSTU, UNE e Pastoral Operária não esteve nem de longe à altura das verdadeiras tarefas que se colocam frente à luta antiimperialista.

A consigna de fora FHC, agitada pelos reformistas, não reivindica que o governo venha abaixo, mas sua simples substituição por um governo eleito.

A burocracia formou um cordão de isolamento em frente a seu carro de som para evitar que setores mais "radicais" não se misturassem às suas fileiras.

Desde a saída da passeata na Av. Paulista, passando pelo Banco Central, onde houve uma parada para que falassem reformistas e ONGs convidadas) até o consulado americano, a manifestação de cerca de 3000 pessoas manteve um caráter carnavalesco, com animadores profissionais e suas marchinhas, como já é característico da Central.

O movimento estava ali a serviço das próximas eleições com a presença das estrelas utilizando-se do movimento de massas para fazerem seu palanque.

O POR interveio de maneira totalmente diferenciada. Colocou a tarefa de construção da **Frente Unica Antiimperialista**, como a única forma de derrotar o capitalismo em sua fase imperialista a implantar a ditadura do proletariado sobre a burguesia.

# Greve da polícia: voltar as armas contra a burguesia

Pontos para a defesa do movimento grevista no aparelho repressivo do Estado.

- Continuam as greves em alguns Estados, a exemplo do Piauí. As lideranças impedem a unidade do movimento, que atingiu vários Estados.
- O governo realizou uma reunião com os governadores para aumentar a repressão sobre os grevistas e conter o avanço da quebra da hierarquia totalitária na polícia.
- As greves e motins contribuem para a desintegração das forças repressivas, que somadas às forças políticas desagregadoras (corrupção etc) expressam a crise de regime político. No presente momento, trata-se ainda de uma crise no aparelho repressivo e não de insubordinação generalizada da polícia. Ou seja, uma insatisfação geral contra o arrocho salarial e a miséria.
- O Estado burguês está obrigado a ampliar continuamente as forças policiais em função da desintegração do capitalismo, da crise social e da luta de classes. As forças policiais revelam o crescimento de setores parasitários que consomem parte significativa do orçamento. Dada a falência financeira da União e dos Estados, condicionados a pagar a monumental dívida externa e a sustentar os interesses monopolistas, ressaltam as contradições no seu próprio aparelho de repressão aos trabalhadores. Os policiais e seus familiares se vêm forçados a utilizar os métodos de luta da classe operária (greves, ocupações, piquetes) contraditórios à estrutura e função da polícia. Trata-se de alimentar essa contradição objetiva em favor da desintegração do aparelho repressivo.
- Nossa posição: defender a greve da polícia contra a repressão. Defendemos as reivindicações democráticas, que servem para desintegrar a polícia - direito de greve, de assembleias nos quartéis, destituição dos comandantes totalitários e corruptos, eleição direta de todos os postos de comando, com revogabilidade de mandato pelas tropas etc.
- As correntes de esquerda defendem a democratização da polícia (PMs), que não pode ser confundida com a defesa das reivindicações democráticas acima assinadas. A bandeira de democratização da polícia pressupõe a manutenção do aparelho repressivo. Tem o mesmo significado da bandeira reformista de democratização do Estado burguês. O aparelho de repressão é a essência da ditadura da burguesia, por isso, trata-se de defender sua destruição e o armamento geral da população.
- A política militar do proletariado é a de ganhar setores das Forças Armadas e da polícia para a estratégia da revolução proletária. Frente à greve da polícia, coloca-se a bandeira de voltar as armas contra o governo opressor e a burguesia. Rechaçar a intervenção repressiva do exército e chamar as tropas a solidarizar com a bandeira de voltar as armas contra os exploradores, jamais contra os explorados.

## Ato dos policiais em SP

O ato dos policiais civis e militares, contra a política de Segurança Pública e o arrocho salarial, ocorrido no dia 24 de julho no Largo São Francisco, foi convocado para ser um ato “pacífico”, segundo panfleto assinado pela União das Entidades Representativas das Polícias Paulistas, mas expressou um ânimo oposto por parte da base. Foram várias as intervenções durante a passeata defendendo a ocupação dos quartéis para arrancar os 41%. Os 6% e os 10% defendidos pela direção pelega do PSDB se mostraram sepultados pela inscrição num cartaz em forma de tumba carregado por uma policial vestida de caveira com os dizeres “aqui jaz os 6% a 10%” frase esta que atropela a orientação da direção do sindicato.

Havia muitas mulheres e filhos de policiais. Líderes das mulheres que foram bater panelas vazias na porta da Secretaria de Segurança de São Paulo estavam entusiasmadas com a idéia de ocupar os quartéis. Começavam até mesmo a fazer

um curso para isso, conforme anunciou o jornal Diário Popular de 25 de julho.

A direita mandou representantes como Conte Lopes, que não pode deixar de usar o movimento como palanque populista para as próximas eleições e também para dizerem o quanto detestariam ver acontecer em São Paulo o que aconteceu na Bahia - ocupações de quartéis, policiais encapuçados e armados de metralhadoras.

A perseguição aos líderes já contava com vários presos, embora a imprensa não divulgue seus destinos. À política de medo e perseguições deve se somar às tentativas de desmobilizar a categoria.

Na semana, os policiais distribuíram 200 mil panfletos pedindo o apoio da população. Só aceitam negociar com o Governador e se negam a falar com o Secretário de Segurança. Os governadores dos estados onde existe ou há a eminência de greve se reuniram com FHC para baixarem os decretos que proíbem as greves, asfiliações de soldados a sin-

dicatos e classificaram a onda de greves de “motim armado”.

Este decreto já deverá ser assinado na segunda feira dia 6 de agosto por Fernando Henrique, que também planeja, juntamente com os governos, a formação de uma guarda nacional e transformar as remunerações em subsídios extinguindo as gratificações, além de reforma no código penal para que haja punições ainda mais repressivas.

O POR defende a greve de soldados, como parte do programa revolucionário, que coloca a destruição do aparato repressivo, e também como assimilação das idéias marxistas desde a Primeira Internacional, cujo o hino diz: “Se a raça vil cheia de galas, nos quer a força canibais, logo verás que as nossas balas são para os nossos generais”... e também: “façamos greve de soldados, somos irmãos trabalhadores”

Direito de sindicalização! Direito de greve para soldados! Liberdade de manifestação! Eleições diretas dos cargos!

# O imperialista Tony Blair pretende mais submissão do Brasil

A “visita” do primeiro-ministro inglês, Tony Blair, tem sido saudada como um grande acontecimento favorável a um estreitamento de interesses econômicos entre o Brasil e Europa. Mais do que isso: envolve o pedido do governo De la Rúa para que o ministro interceda junto as 7 potências (G7) em favor da solução da bancarrota a que chegou a Argentina.

Fernando Henrique Cardoso comparece como mediador e protagonista de interesses nacionais. Tony Blair posa de complacente. Exorta as vantagens da denominada “globalização” para o desenvolvimento dos países atrasados, que compõem a maioria do mundo. Elogia o governo FHC por ter aplicado as diretrizes econômicas do imperialismo.

Conhecemos bem o resultado colonialista desta premissa. Trata-se de uma máscara confeitada para a face do imperialismo. Os governos semicoloniais que quebram as semicolônias no cassino mundial, como FHC e De la Rúa, procuram apresentar o imperialismo britânico como uma porta de salvação. A bandeira de fim dos subsídios e protecionismos agrícolas é continuamente desfraudada como um ponto de partida para que os países agro-exportadores possam aproveitar a “abertura de mercado” (“globalização”). Mas todos sabem que as potências não modificarão suas diretrizes saqueadoras.

O protecionismo das metrópoles (que não diz respeito apenas aos produ-

tos agrícolas) e o escancaramento das fronteiras nacionais dos países atrasados constituem a verdadeira realidade econômica e política da situação de crise mundial do capitalismo.

A idéia de que todos podem participar do banquete tecnológico e financeiro, bastando cumprir o requisito da interdependência entre as nações e reformular a orientação mundial ditada pelo G7, OMC e OCDE, conforma traços da máscara que disfarça a ofensiva colonizadora do imperialismo.

Esse é o aspecto geral do encontro dos dois principais presidentes latino-americanos com o chefe do capital financeiro. Quanto à sua particularidade, destaca-se a intenção do governo britânico de vender aviões de guerra ao Brasil. O representante sorridente da Europa vem ao Brasil, como mosca ao mel, atraído pela concorrência da indústria bélica. É claro que para assegurar os interesses da BAE Systems, o primeiro-ministro se dispôs verbalmente a fazer o possível para convencer a burguesia européia a não ser tão rude com a burguesia semicolonial brasileira.

O governo inglês é muito comedido em fazer viagens. A decisão de pisar em solos semicoloniais da América Latina é ditada pela guerra comercial entre as potências. A burguesia britânica, depois de perder seu posto de principal país colonialista para sua ex-colônia norte-americana, se viu na contingência de ser o sócio menor dos ianques na Euro-

pa. Procura manter essa posição, alinhada à política mundial traçada pelos Estados Unidos.

O argumento de uma ala do reformismo de que Tony Blair é bem-vindo porque pode abrir um flanco nas imposições dos Estados Unidos para constituir a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) não passa de ilusão.

Os trabalhadores não devem deixar se enganar pelos afagos do governo brasileiro e de personalidades petistas, como Marta Suplicy, ao imperialista Tony Blair. Nossa bandeira é de “Fora a sanguinária burguesia inglesa e seu representante governamental”.

## PT e a visita de Tony Blair

A prefeita de São Paulo foi um dos anfitriões de destaque na propaganda política do imperialista Blair. Procurou estabelecer um encontro com o candidato presidencial Lula. Este se negou. Mas qual foi o argumento? O de que o primeiro-ministro inglês vinha ao Brasil para fortalecer a candidatura do PSDB. Nesse ponto, o esperto Lula não quis fazer o papel de tolo, como fez Marta Suplicy. Não se pode confundir a rejeição de Lula como se fosse um posicionamento antiimperialista. A razão foi puramente eleitoral.

O PT e Lula já mostraram que estão de acordo em prestar contas aos governos imperialistas (pagar a dívida) quanto ao que pretendem caso cheguem ao poder do Estado.

## Embu-Guaçu (SP)

# Assembléia de moradores quer redução das tarifas para R\$ 1,40. Prefeito defende reajuste para R\$ 2,00, é derrotado e manobra por R\$ 1,80

No último dia 04/08, cerca de 500 moradores participaram de assembléia para discutir o aumento das tarifas dos ônibus da cidade, municipais e intermunicipais, monopolizados pela empresa Independência. Antes do reajuste, as tarifas locais eram de R\$ 1,00 e as intermunicipais variavam de R\$ 1,15 a R\$ 1,80. A empresa reajustou para R\$ 1,40 e R\$ 2,45.

Os moradores realizaram um bloqueio na garagem dos ônibus, com pneus e fogo, e a empresa reduziu parte das tarifas para R\$ 2,00. Houve uma reunião entre lideranças populares, prefeitura e empresa, na qual esta se negou a abrir seus livros caixa e mostrar todo o lucro que tem às custas da empobrecida população da cidade. O prefeito convocou a

assembléia porque a empresa deve 15 anos de IPTU ao município, e porque pretendia ganhar dividendos eleitorais, negociando um reajuste ameno com a população.

Na assembléia, veio com um discurso radicalizado, que se a empresa não atendesse as reivindicações, a prefeitura pediria intervenção da EMTU, colocaria

transporte gratuito até a divisa do município e até apoiaria um bloqueio da garagem, desde que não houvesse violência contra o patrimônio. Mas defendeu um reajuste de mais de 10% para a empresa, uma tarifa de R\$ 2,00, que foi rejeitada pela população.

A proposta de R\$ 1,40 para as intermunicipais e R\$ 1,00 para as municipais acabou sendo a preferida pela popula-

ção, que votou em massa por ela, e criou um grande problema para a prefeitura: defender a redução do lucro do capitalista. Os vereadores se inscreveram para implorar um valor mais “negociável” com a empresa: R\$ 1,80. O prefeito conseguiu o apoio de uma minoria a essa proposta e encerrou autoritariamente a assembleia, sem votá-la contra a de R\$ 1,40, que já tinha sido aprovada.

O POR defende a reivindicação popular de redução da tarifa, e mais: abertura do livro caixa da empresa, para mostrar seus lucros; estatização da Independência sob controle dos motoristas, cobradores e população; fim do prazo de validade dos passes de estudantes; fim da tarifa diferenciada pela divisa; liberdade de trabalho para os perueiros.

## Rondônia

# Reunião prepara o ato contra o massacre de Corumbiara

O Centro Acadêmico de História convidou o PT, CUT, Consulta Popular, CPT e o Partido Operário Revolucionário para a preparação de um ato público no dia 9 de agosto denunciando a chacina dos camponeses sem-terra. Nessa reunião, nem o PT e nem a CUT compareceram. Isso mostra bem a política do reformismo em relação a violência reacionária dos latifundiários e de seu governo. Não se empenham em organizar conseqüentemente os trabalhadores para responder com luta os ataques brutais contra os sem-terra.

### Chacina de Corumbiara

O massacre dos camponeses sem-terra em Corumbiara, 1995, foi um crime dos exploradores contra os explorados. Não foi um fato isolado. A história da luta camponesa pela terra está marcada por centenas e centenas de mortes. Logo após a chacina de Corumbiara ocorreu novo massacre em Eldorado dos Carajás. Depois deles, dezenas de camponeses foram mortos pelo aparato repressivo do Estado e pelos jagunços dos latifundiários.

A burguesia e seu governo, para defender a propriedade latifundiária da terra, utilizaram e continuarão utilizando a violência reacionária. Portanto, não apresentam outra solução a não ser os assassinatos, massacres, prisões e perseguições das lideranças. Volta e meia encenam a farsa dos julgamentos.

Em Corumbiara, a Justiça absolveu os oficiais e alguns soldados, responsáveis pela invasão do acampamento e morte dos camponeses. E condenou os líderes do movimento. O mesmo se passou com o julgamento da chacina de Eldorado dos Carajás. Portanto, os processos e os julgamentos são montados para livrar os assassinos e condenar os sem-terra.

### Unidade operária e camponesa

A repressão ao movimento camponês sempre foi grande. Porém, não pôde extirpar a luta dos camponeses pela terra.

O POR tem mostrado que a mudança da estrutura latifundiária da terra é parte da revolução proletária. E que a classe operária é protagonista da revolução so-

cial, mas só imporá derrotas à burguesia se estiver em aliança com os camponeses pobres e a classe média arruinada. A revolução agrária é parte da revolução proletária, sem a qual não será possível derrotar os latifundiários. Tem mostrado também o papel reformista da direção do MST, PT e CUT, que alimentam a viabilidade de uma reforma agrária patrocinada pelo Estado burguês. Bastando para isso a alteração na correlação e forças no Estado em favor das massas camponesas e populares. Tal mudança seria obtida com o processo eleitoral (governos democráticos e populares). Nada mais falso, pois a experiência tem nos evidenciado que as massas exploradas (entre elas os camponeses) são sempre arrastadas pelos partidos burgueses, ditos progressistas.

É necessário quebrar a influência da política reformistas no interior do movimento sem-terra. A construção das frações revolucionárias no seio dos sem-terra e a defesa do programa da revolução proletária é o caminho para rechaçar o reformismo e lutar de fato para derrotar a propriedade e o poder dos latifundiários.

# Estudo sobre o movimento operário no Brasil

O POR realiza curso de formação política sobre a formação da classe operária brasileira. Utiliza os artigos publicados no Jornal Massas, a partir do n. 205.

Inicia com a parte I, que trata da formação tardia da classe operária, conseqüência do processo também tardio de

industrialização. Discute os principais movimentos e reivindicações do recém proletariado. Na parte II, publicada no Massas 207, refere-se a organização do Primeiro Congresso Operário (1906). Na III (Massas 208), o domínio do anarquismo e a IV (Massas 209), a influência da

Revolução Russa no Brasil.

Os estudos continuarão aos domingos. Chamamos a atenção da militância e simpatizantes para a formação política e para a construção do partido revolucionário.

# O POR realiza debate sobre o apagão

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou no dia 7 de julho em Messias Targino um debate sobre o apagão. Nele, o POR explicou que foi a privatização do setor de energia, a submissão do País aos ditames do FMI e a negligência do governo burguês os responsáveis pela crise energética.

A negligência do governo burguês de FHC (PSDB/PFL e parte do PMDB) porque muito antes ele sabia da possibilidade de déficit no setor, o que comprova os diversos relatórios de seu próprio governo alertando esta situação. A crise energética não é por causa da falta de chuvas, ou de uma situação provocada por uma “peça” da natureza com o País.

A submissão aos ditames do FMI porque a burguesia brasileira, por sua característica semicolonial, segue à risca o plano de exploração dos países implementados pelos Estados Unidos através do FMI. Este não prioriza o investimento no setor energético e, por isto, das 46 hidrelétricas planejadas pelo governo de serem

construídas, apenas 6 saíram do papel.

Finalmente a privatização, porque foi sob a ótica dos lucros que estas empresas utilizaram as reservas de água para a estiagem. A falta de água não é culpa da natureza, mas da ganância dos grupos monopolistas da burguesia. Como se não bastasse, o governo combina racionamento com aumento das taxas de energia, o que comprova seu compromisso com os capitalistas. Bastava cortar os subsídios fornecidos às indústrias capitalistas instaladas no Nordeste que têm insenção de energia e água de cerca de 10 anos, para que os trabalhadores fossem excluídos do racionamento. A energia gasta em uma residência chega a 20% do consumo de energia, enquanto que as empresas capitalistas consomem os outros 80%.

As conseqüências da crise energética só cairá sobre os trabalhadores. O racionamento causará demissão, aumento da miséria e fome dos trabalhadores e inseguran-

ça nas ruas com o aumento da criminalidade. Mais ainda: os empresários usarão a crise energética para justificar demissões.

O POR propõe a luta coletiva dos trabalhadores para resistir a mais um ataque da burguesia a vida dos trabalhadores. As reivindicações devem ser pelo fim das privatizações, reestatização das privatizadas com controle operário da produção, nenhuma demissão, taxaço na burguesia e fim dos subsídios aos capitalistas. Esta luta deve ser geral e nacional de modo a conduzir as massas exploradas ao derrubamento da burguesia do poder político do Estado, ou seja, a realização da Revolução Proletária.

No final, da reunião os presentes organizaram o GRUPO DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS TRABALHADORES é elaboraram uma nota para denunciar os objetivos do governo.

A seguir reproduzimos o boletim:

## O APAGÃO

### A crise energética é culpa do governo e da burguesia.

O governo não investiu no setor pois de 46 hidrelétricas planejadas para construir este ano, apenas 6 saíram do papel. Nem tampouco investiu em fontes alternativas de energia (vento, sol, gás, etc). O governo não investiu nas hidrelétricas para poder pagar a dívida externa. O Fundo Monetário Internacional (FMI, banco mundial dos Estados Unidos) empresta dinheiro e diz onde colocá-lo. O setor energético não é a sua prioridade.

As indústrias da burguesia têm incentivo de, as vezes, mais de 10 anos sem pagar contas de energia

elétrica. Quem paga este gasto somos nós trabalhadores com o governo aumentando as taxas residenciais de energia.

As conseqüências do racionamento e da taxaço recaem sobre os trabalhadores. Sobre o pretexto do apagão, as indústrias diminuem a produção, parando as máquinas, e para não diminuir seus lucros demitem seus empregados. O desemprego, o aumento das taxas e os baixos salários aumentarão a criminalidade e a fome da população trabalhadora.

A saída é a construção das hidre-

létricas planejadas, taxaço à burguesia já que é ela a beneficiada pelos subsídios do governo, nenhuma demissão, que os ricos e poderosos (burguesia) causadores da crise, paguem por ela.

Para conquistar estas reivindicações precisamos conscientizar os trabalhadores dos verdadeiros causadores da crise, nos unir e na luta coletiva derrotar os planos do governo contrários a população trabalhadora.

*Grupo de Conscientização  
dos Trabalhadores*



**Boletim da Corrente Proletária**

# Responder aos ataques de Alckmin (PSDB) saindo às ruas

Alckmin implanta as medidas de destruição do ensino público. Gastou rios de dinheiro na preparação de diretores e coordenadores (cursos de gestão) para que sejam braços do Estado na execução da reforma privatista da educação. Reduz os gastos ampliando as tele-salas, trabalho voluntário, contratando professores eventuais e incentivando as chamadas “contribuições” de alunos e pais (taxas), arrochando os salários e demitindo e fechando escolas/salas de aula. Trata de uma política de desmonte da escola pública e de favorecimento à privatização.

Barrar tais medidas implica ganhar às ruas, grandes manifestações e paralisação das escolas (greve). A violência da reforma educacional tem de ser combatida com a ação direta da classe e a unidade com o proletariado e demais oprimidos.

## **A desagregação do ensino é resultado da desintegração do capitalismo**

Por todos os cantos, vemos ampliar a barbárie social. Desemprego crescente, miséria, fome e todas as chagas de um sistema de exploração do homem pelo homem (violência, prostituição, analfabetismo etc). As potências imperialistas impõem diretrizes às nações semicoloniais, que resultam em mais opressão e saque. Os planos neoliberais têm provocado quebras das economias dos países capitalistas atrasados. Perante a brutal crise econômica, os países imperialistas protegem seus mercados e obrigam que as semicolônias escancararem suas economias. É parte do saque imperialista a exigência de que os governos semicoloniais sigam a cartilha de seus credores (FMI).

O que se passa com a economia é também o que ocorre com a educação. As orientações imperialistas de privatização e cortes nos serviços públicos são mecanismos de descarregamento da crise sobre as nações atrasadas e, conseqüentemente, sobre as massas traba-

lhadoras. A educação como um todo sofre os efeitos da contradição entre as forças produtivas (trabalho humano, máquinas, tecnologia) que pulsam pelo crescimento e o bloqueio que lhes é imposto pela propriedade privada monopolista. A escola não serve sequer para formação de mão de obra. Cada vez mais se distancia da realidade social, se torna mais seletiva, repetitiva e memorística.

A luta pela escola pública, laica, estatização de todo sistema de ensino (sob o controle dos trabalhadores), fim da rede privada, vinculação da escola com a produção social, melhores condições de trabalho e ensino se choca com o sistema econômico que se desagrega. É na luta por essas reivindicações democráticas (porém inviáveis de serem cumpridas na atual etapa do capitalismo) que se dará o enfrentamento contra a burguesia e seu governo. Os trabalhadores compreenderão que uma nova escola será erguida sob a base de uma nova sociedade - a socialista. Portanto, o problema da educação é de ordem política. E a sua solução também será política.

## **Diretoria da Apeoesp responde à destruição da escola pública com distracionismos**

A direção (corrente Articulação-PT) se encolhe diante da ofensiva governamental. Há mais de um ano se nega a convocar sequer uma assembléia para discutir e aprovar os rumos da luta. Vive em função dos abaixo-assinados, da fantasia armada em torno do programa de TV, processos judiciais contra o Estado, das conversas com os parlamentares de toda sorte de distracionismo.

A negação em organizar os professores e chamar uma assembléia da classe favorece o governo, que se encontra de mãos livres para impor o restante das medidas privatistas. Na verdade, teme que os professores descontentes aprovem medidas de enfrentamento ao go-

verno.

As reuniões de REs, que não deliberam nada. Isso porque as decisões são tomadas no Conselho (onde a diretoria tem a maioria, quase sempre comprada com benesses). Não por acaso que, no último CR, a diretoria se opôs à reivindicação de contratação imediata de todos os professores eventuais e fim do trabalho sem vínculo. Foi nessa reunião que mais uma vez combateu a proposta de assembléia. Essas reuniões só tem servido para homologar a política reformista do PT/diretoria e a inércia frente aos ataques do governo. Os resultados são visíveis: demissão, arrocho salarial, fim das conquistas sociais e imposição da privatização do ensino público.

Exijamos assembléia geral para aprovar as reivindicações e o enfrentamento com o governo. Chega de frouxidão de burocratas vendidos!

## **Fim da repressão aos professores grevistas Imediata readmissão dos demitidos**

As medidas privatistas na educação são acompanhadas de brutal violência contra aqueles que mais se destacam na luta de resistência. O governo usou da repressão na greve para quebrar a ação coletiva da classe. Agora, pune com a demissão 4 professores grevistas: Antônio Justino (Tonhão), Cláudio Augusto da Rocha, Marcos Roberto Menin e Cleomire Gonçalves dos Santos.

A diretoria da Apeoesp se recusa a fazer uma ampla campanha contra tamanha arbitrariedade do governo. A recusa de mobilizar a classe contra as demissões mostra bem a política de conciliação dessa direção. Os burocratas estão de joelhos diante do governo e não farão nada para exigir a readmissão dos professores.

É nossa tarefa denunciar a truculência do governo e a frouxidão dos burocratas. Os professores devem se somar a campanha pela readmissão dos grevistas. A fraqueza dessa campanha significa fortaleza do governo repressor.

# Fundações: caminho para a privatização do ensino público superior

A ocupação da reitoria da USP no dia 26/06, quando o Conselho Universitário votaria a regulamentação das fundações na USP, trouxe para as páginas dos jornais a discussão sobre essas instituições e seu papel na universidade.

As fundações, em geral, são organismos de caráter privado criados para administrar um fundo a ser aplicado para uma finalidade restrita. São dirigidas por um Conselho Curador ou Gestor, que é formado de acordo com os estatutos próprios da fundação.

No entanto, esse instrumento jurídico tem sido criado nas universidades como mecanismo de privatização. As fundações são o meio para captar recursos junto à iniciativa privada, utilizando a estrutura e pessoal das universidades, que são colocados a serviço dos interesses dos "clientes" das fundações. E para criar todo tipo de curso de graduação, aperfeiçoamento ou pós-graduação pagos. Sob o manto das fundações, a casta de professores que forma a burocracia universitária cobra por serviços prestados às empresas e ao próprio governo, e não tem de prestar contas a ninguém, pois os mesmos que mandam nos departamentos e unidades da universidade também dirigem as fundações.

Conclusão: as fundações são o principal mecanismo para aplicar a chamada autonomia da gestão financeira nas universidades, que é a política ditada pelos organismos internacionais ao governo no sentido de eliminar qualquer gasto público com o ensino superior. A orientação desses organismos imperialistas é clara: o governo não deve gastar um centavo com o ensino superior, deve entregá-lo ao capital privado.

Como as universidades necessitam de grande quantidade de investimento e têm uma grande diversidade de atuação nas áreas exatas, humanas e biológicas, não cabem nos moldes dos programas de privatização das empresas estatais. Não haveria nenhuma empresa privada interessada em assumir o conjunto da universidade como ela é hoje.

Por isso, o meio de privatizar a universidade é o da criação de organismos particulares de vínculo com os setores do

capital privado de acordo com a particularidade de cada unidade. Assim, na Faculdade de Economia da USP há fundações de pesquisa econômica, de consultorias em administração e contabilidade. Essas fundações estabelecem vínculos com agências governamentais, bancos e outras empresas. Em uma unidade do interior de São Paulo, professores de Odontologia formaram uma fundação para cobrar mensalidades em um curso normal de pós-graduação da universidade, no qual 75% dos alunos eram "clientes" da fundação.

Há unidades em que ainda não existe fundação, mas outros instrumentos de privatização. Os chamados centros de estudos ou de línguas, que prestam serviços remunerados ou cobram mensalidades, diferem das fundações pelo fato de preservarem o vínculo com a universidade, sendo portanto submetidos aos organismos de poder universitários. Mas esses organismos são dirigidos pela burocracia universitária, a mesma que cria as fundações.

A existência desses organismos na universidade tem mais de dez anos. Até hoje não houve uma regulamentação de sua atuação, o que levou várias vezes a escândalos de desvios de verbas e fins. Setores da burocracia têm se beneficiado com o pagamento de altos salários e prestação de serviços por empresas privadas, que por sua vez se beneficiam com o bai-

xo custo originado pela utilização espúria da estrutura e pessoal da universidade pública. O fato da burocracia estar empenhada na aprovação de sua regulamentação na situação atual significa que há uma orientação governamental no sentido de generalizar essas experiências pela maior universidade do país, o que aceleraria sua aplicação em nível estadual e nacional. É bom lembrar que as públicas paulistas respondem por cerca de 80% da pesquisa brasileira, o que faz com que sua privatização signifique a entrega da pesquisa ao capital privado, principalmente estrangeiro.

A regulamentação das fundações é expressão da necessidade governamental de acelerar o corte de orçamento público para a educação, com o objetivo de levar esses recursos para o sustento do parasitismo financeiro. Por isso se vê que não se trata de uma questão isolada da USP, mas é um problema de caráter geral, nacional, pois expressa a política ditada pelo imperialismo, que agrava a opressão sobre o país.

As fundações colocarão a universidade nas mãos do capital privado, como já o fazem na Faculdade de Economia da USP. A FEA tem orçamento anual de 25 milhões de reais, enquanto a fundação ligada ao departamento de Administração (FIA) fatura 50 milhões/ano. A Fipecafi faturou 35 milhões entre 1997 e 1999. A FIPE, que está todos os dias nos jornais

## USP: fundações, caminho da privatização

A autorização para a Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) tentou criar uma faculdade particular e trouxe à tona a função privatizadora dessas instituições. São 29 fundações travestidas de públicas voltadas para esse fim.

O processo de privatização da universidade gratuita a conta-gotas transbordou com o objetivo de criar abertamente faculdades pagas. Os "cavalos de tróia" na USP precisam de uma regulamentação que autorize definitivamente sua função destruidora do ensino público.

Foi preciso que os estudantes invadissem o Conselho Universitário para impedir a votação favorável aos interesses empresariais, que a burocracia acadêmica expressa. Está previsto para 4 de setembro a retomada da votação no Conselho, após a punição aos estudantes que defenderam a universidade pública.

A resposta a essa ofensiva privatizante é a de organizar uma greve de estudantes, funcionários e professores, para impedir a votação no dia 4. A bandeira de fim das fundações deve ser acompanhada da de expropriação geral do sistema particular de ensino, estatização, controle da educação pela classe operária e ensino vinculado à produção social.

com seus índices de inflação, também fatura mais que o orçamento da faculdade. Assim, essas fundações são o verdadeiro poder dentro da unidade, pois a grande maioria dos professores depende economicamente delas, e já há uma grande quantidade de estudantes que também fazem estágio e prestam serviços baratos aos capitalistas através das fundações. Ninguém pode estranhar o apoio que existe ali às fundações: o vínculo econômico disciplina ferreamente as opiniões.

O problema para o movimento estudantil enfrentar a atual situação é que as direções não têm trabalhado a luta anti-imperialista, que na universidade se manifesta particularmente como a luta

contra a privatização, em defesa do ensino público e gratuito para todos. Assim, até hoje não houve um combate decidido aos centros e fundações que parasitam a universidade. A burocracia está na frente, com sua ofensiva de generalização do mecanismo de privatização.

O movimento estudantil tem de responder rapidamente a esse problema, paralisando a universidade para protestar contra a tentativa de regulamentação das fundações e contra a repressão aos estudantes que ocuparam a reitoria e impediram que fosse aprovada. A paralisação geral pode servir para abrir a discussão e elevar a organização e nível de consciência dos estudantes sobre a

questão e preparar uma luta maior e com mais força, capaz de colocar a unidade da comunidade, com professores e funcionários, em defesa da universidade pública. É necessário, porém, que se coloque a luta de forma mais geral, pois se trata de um aspecto do plano antinacional e antipopular de FHC/FMI. É preciso convocar um comitê unitário de luta contra a privatização e a repressão aos estudantes, chamando para ele os sindicatos, a CUT, a UNE, UEE etc. A mobilização tem de se projetar para fora da universidade, como parte do combate do movimento operário, popular, camponês e estudantil pela derrubada integral do plano de fome de FHC/FMI.

## UERN

# Perseguição política na UERN é resultado do poder oligárquico na região

Passadas as eleições de abril deste ano para reitor, o professor “eleito” Walter Fonseca filiado ao PMDB e apoiado pela fração da oligarquia dos Rosados do mesmo partido, resolveu perseguir todos aqueles que divergiram de seu programa.

Em primeiro lugar, perseguiu o membro do POR, tentando enviá-lo de volta para seu Campus Avançado de origem, passando por cima dos departamentos. Depois, retirou os professores do PT e PC do B dos programas de extensão Alfabetização Solidária, Projeto de Educação de Jovens e Adultos e do Proformação. Afirmou ainda que os chefes de departamentos e diretores da faculdade eleitos pela comunidade que forem de oposição não serão nomeados.

A postura do Reitor significa a política da burocracia contrária à comunidade universitária, fundamentada no poder da burguesia na sociedade. Pois é a sua legislação que legitima os atos do Reitor despótico. A perseguição política, a repressão ao pensamento livre e o favorecimento aos que lhe baixam a cabeça ou se calam diante do obscurantismo da utilização da força bruta, autoritária, caracteriza o atraso político da UERN marcada pelo controle e condução política da oligarquia dos Rosados.

## A REAÇÃO DA ESQUERDA REFORMISTA

Os professores do PT e do PC do B foram incapazes de responder à altura o ataque do (Rei)tor. Os demais membros não se solidarizam com eles, não chamaram a assembléia da categoria e utilizaram de métodos burgueses para combater a burocracia universitária.

A categoria não se solidarizou com os professores perseguidos porque o reformismo utilizou dos métodos do favorecimento, da perseguição política e das camarilhas para favorecer e distribuir as atividades acadêmicas onde tinha maioria, como é o caso da Faculdade de Educação. As disciplinas da especialização do Curso de Educação sempre foi distribuída entre seus

“consortes”, os municípios do Alfabetização Solidária do mesmo modo e o Proformação tinha uma forma de seleção dos professores que favorecia a Faculdade de Educação. A categoria não vê diferença entre os métodos dos reformistas e do Reitor oligárquico.

A própria democracia, que dizem defender, é desmoralizada. Saíram em defesa da democracia mas as estudantes de Pedagogia foram excluídas do processo de escolha do chefe do Departamento pelos reformistas, em uma assembléia da categoria o presidente do sindicato propôs a proibição da Corrente Proletária na Educação de falar, e no ato contra as atitudes do Reitor o membro do POR teve de insistir muito para os democráticos permitirem sua fala.

A perseguição do Reitor e a reação da categoria demonstraram o nosso acerto político na caracterização de que as eleições para reitor estavam marcadas pela disputa de duas frações da burocracia universitária.

## A POSTURA DO POR

O POR lançou uma nota de repúdio à atitude do Reitor burguês, participou das diversas reuniões com os professores perseguidos e propôs a convocação imediata da assembléia da categoria e a construção do Comitê Contra a Opressão Social e Política como forma de tentar unificar a comunidade universitária (estudantes, professores e funcionários). Ainda tentamos demonstrar o erro da política reformista de cerceamento das divergências e favorecimento de grupo, como parte de sua política de colaboração de classes e variante da política burguesa.

A oposição reformista foi incapaz de reverter a atitude do reitor. Estão caminhando para a apelação judicial, quebrando a autonomia da UERN, e convocaram tardiamente a assembléia da categoria, quando o curso de Proformação ocorreu normalmente, enfim, o ato se consumou.

**Judiciários-SP**

# **Ato da OAB e dos funcionários do foro de SMPTA contra a exigência de pagamento do estacionamento**

**COBRAR ESTACIONAMENTO É REDUZIR SALÁRIOS!!!**

Beira o absurdo a medida imposta pelo Tribunal de Justiça de sublocar a área externa do Fórum para uma empresa de estacionamento particular. Ainda mais pelo fato de que será cobrado pelo seu uso dos funcionários, isentando-se os magistrados e os promotores. Pela medida, quem ganha mais fica isento e quem paga é quem ganha menos. O Tribunal recebe os aluguéis, o proprietário do estacionamento lucra com a venda das vagas e os funcionários são obrigados a destinar uma parte de seus míseros salários ao pagamento do estacionamento. A lógica disso é tirar dos que não têm para dar aos que têm. Como se não bastasse já sete anos sem reajuste salarial, agora o Tribunal de Jus-

tiça cria mais um encargo para uma parcela considerável dos funcionários. E quem vai economizar no mercado, no aluguel, no almoço ou deixar de pagar as contas para arcar com mais uma despesa? Em lugar de reajuste salarial o que se nos oferecem é mais uma conta.

## **A SAÍDA: BOICOTE AO ESTACIONAMENTO DO FÓRUM**

Esta foi a saída apontada pelos funcionários. Até agora o boicote tem sido um sucesso e a empresa locadora não tem conseguido preencher as vagas com os carros de funcionários e advogados. E não poderá lucrar com os veículos dos magistrados e promotores, que não pagam. Se mantivermos o boicote firme e forte, expressando a união dos funcioná-

rios, conseguiremos ao final a revogação do contrato, nem que para isso a empresa que locou o espaço tenha que "abrir o bico".

## **ÁREA DE SEGURANÇA APENAS FORA DO FÓRUM?**

Têm surgido boatos de que o Tribunal de Justiça transformará as ruas das imediações do Fórum em área de segurança. Quer dizer que ninguém poderá estacionar ao redor do Prédio, mas que, qualquer um que pague, poderá fazê-lo: "dentro do fórum". Como se vê, a preocupação não é exatamente com a segurança e sim em impedir que paremos nossos veículos nas proximidades do prédio, obrigando-nos assim a pagar o estacionamento

## **Resumo das Obras Completas de Guillermo Lora**

**Volume VI (1956-1957)**

Neste Tomo □ analisado como o MNR caminhou cada vez mais à direita, principalmente quando se uniu num **Bloco com a fascista Falange Socialista Boliviana**. A posição do trotskismo frente ao nacionalismo burguês do MNR □ fundamental para se compreender a fortaleza do programa do POR e de sua política. Também mostra a continuidade da luta interna contra os revisionistas do trotskismo, os pablistas.



**Volume VII (1957-1958)**

Este volume mostra a luta dos poristas contra os planos do presidente movimentista Siles e do Bloco MNR/FSB e a crítica da impotência das esquerdas. Mostra também como o proletariado (principalmente o mineiro) vai se estruturando até um novo salto político, primeiro no ampliado fabril de fevereiro de 58, depois nas **Teses de Colquiri** (aprovadas no nono congresso mineiro, 07/06/58) que retomam a essência das Teses de Pulacayo e que se colocam contra o nacionalismo (MNR). Vale a pena ler neste volume a **palestra de Lora para uma escola de quadros sobre a I Internacional**.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Formação Política

# Engels: A concepção materialista do mundo

Esse título foi dado por nós. Publicamos extratos do livro “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”.

“O problema cardinal de toda filosofia, especialmente a moderna, é o problema da relação entre o pensar e o ser. Desde os tempos remotíssimos, em que o homem, ainda submetido à maior ignorância sobre a estrutura do seu organismo e excitado pelas imagens dos sonhos, acabou por acreditar que os seus pensamentos e sensações não eram funções do seu corpo, mas sim de uma alma especial, que habitava esse corpo, abandonando-o ao morrer, desde esses tempos, o homem teve forçosamente de refletir sobre as relações dessa alma com o mundo exterior. Se, ao morrer o corpo, a alma se separava deste e sobrevivia, não havia qualquer razão para lhe atribuir uma morte própria; assim surgiu a idéia da imortalidade da alma, idéia que, naquela fase da evolução, não era de modo algum concebida como uma consolação, mas antes como uma iniludível fatalidade e, não raras vezes, como entre os gregos, como um verdadeiro infortúnio. Não foi a necessidade religiosa de consolação, mas sim a perplexidade, baseada numa ignorância geral, de não saber que destino dar à alma - cuja existência fora admitida - após a morte do corpo, que conduziu, com caráter generalizado, à aborrecida fábula da imortalidade pessoal (...)”

“O problema da relação entre o pensar e o ser, entre o espírito e a natureza, problema supremo de toda a filosofia, tem pois as suas raízes, como qualquer religião, nas idéias limitadas e ignorantes do estado selvagem. Mas não pôde apresentar-se com toda nitidez, nem adquirir o seu pleno significado, até que a humanidade européia despertasse do profundo letargo da Idade Média cristã. O problema da relação entre o pensar e o ser, problema que, além disso, teve gran-

de importância na escolástica da Idade Média, o problema de saber qual é o primário, se o espírito se a natureza, esse problema apresentava, perante a Igreja, a seguinte forma específica: o mundo foi criado por Deus ou existe desde toda a eternidade?

Os filósofos, consoante a resposta que davam a esta pergunta, dividiam-se em dois grandes grupos. Os que afirmavam o caráter primário do espírito sobre a natureza, admitindo portanto, em última análise, uma criação do mundo sob esta ou aquela forma ( e em muitos filósofos, em Hegel por exemplo, o génesis é bastante mais confuso e impossível que na religião cristã), reuniam-se no campo do idealismo. Os outros, os que consideravam a natureza como primária, figuram nas diversas escolas do materialismo.

De princípio, as expressões idealismo e materialismo não tiveram outro significado, e nunca as empregaremos aqui com qualquer outro sentido. Mais à frente veremos a confusão que se produz quando se lhes atribui outra acepção” (...)

“O materialismo do século passado era predominantemente mecânico, dado que, por essa altura, a mecânica, e aliás apenas a dos corpos sólidos - celestes e terrestres -, numa palavra, a mecânica da gravidade, era, de todas as Ciências Naturais, a única que, de certo modo, tinha alcançado um ponto culminante. A Química apenas existia sob uma forma infantil, flogística. A Biologia andava ainda de cueiros; os organismos vegetais e animais só muito grosseiramente haviam sido investigados, e a sua explicação era dada com base em causas puramente mecânicas; para os materialistas do século XVIII, o homem era o que o animal é para Descartes: uma máquina. Esta apli-

cação exclusiva niveladora da mecânica e fenômenos de natureza química e orgânica, nos quais, embora vigorem as leis mecânicas, estas passam a segundo plano perante outras que lhes são superiores, constituía uma das limitações específicas, inevitáveis porém na sua época, do materialismo clássico francês.

A segunda limitação específica deste materialismo, consistia na sua incapacidade para conceber o mundo como um processo, como uma matéria sujeita à evolução histórica. Tal limitação correspondia à fase em que, naquela altura, se encontravam as Ciências Naturais e ao modo metafísico, isto é, anti-dialético, de filosofar que com ela se relacionava. Sabia-se que a natureza esta sujeita a um movimento constante . Porém, de acordo com as idéias dominantes naquela época, esse movimento processava-se, não menos constantemente, num sentido circular, razão pela qual nunca saía do mesmo sítio, provocando sempre os mesmos resultados” (...)

“Também na História imperava esta concepção anti-histórica. Aqui, a luta contra os vestígios da Idade Média mantinha cativos todos os olhares. A Idade Média era considerada como uma simples interrupção da História por um estado milenário de barbárie geral; os grandes progressos da Idade Média, a expansão do campo cultural Europeu, as grandes nações possíveis que, durante este período, se tinham ido formando umas junto às outras e, finalmente, os enormes progressos técnicos dos séculos XIV e XV, nada disto se via. Naturalmente, tal critério tornava impossível penetrar, com uma visão racional, no grande encadeamento histórico, e assim a História era utilizada, quando muito, como uma coleção de exemplos e ilustrações para uso dos filósofos” (...)

## Engels sobre a questão da habitação

Os textos que seguirão fazem parte da discussão de Engels sobre a questão da habitação na Inglaterra no final do século XIX.

### **TEXTO 02: A Habitação – questão de propriedade privada**

O senhor Sax afirma que para se tornar um capitalista, basta que se tenha uma mísera casa própria, mesmo assim eram bem poucos operários que possuíam casa própria. Tem a ver com sua idéia original que o Estado deveria dar casa aos operários, para reforçar sua idéia de que todos podem se tornar capitalistas.

Engels irá dizer que a pequena habitação do trabalhador só será capital quando uma vez alugada para uma terceira pessoa, e/ou se apropria sob a forma de aluguel de uma parte do trabalho de uma terceira pessoa. Ao habitá-la, o proprietário impede que se torne capital. Deixa de ser capital quando eu compro para meu próprio uso.

É importante dizer que o senhor Sax

não resolveu o problema de transformar o operário em capitalista nem mesmo no papel. Pois toda a proposta do senhor Sax não passa de meras reformas ditas sociais, que tendem a reduzir o preço dos meios de existência do operário. Porque caso o operário tenha essa habitação, com efeito ter-se-á uma diminuição do poder aquisitivo dos seus salários.

Pois, desde o momento em que uma destas reformas se generalize, o operário passa a receber um salário diminuído na mesma proporção que essas economias lhe permitem menores despesas. Assim, quanto mais economizar menos receberá de salário. Porque ele não economiza em seu próprio benefício, mas no do capitalismo. Cria-se uma falsa idéia de que assim se estimulará o espírito burguês de poupança.

Quando o senhor Sax afirma que os operários devem tornar-se proprietários

de sua habitação não para seu próprio interesse, mas sim para os do “verdadeiros” capitalistas. O que ele espera realmente é que graças a esta mudança social que acompanha a aquisição de uma casa, os operários perderiam igualmente seu caráter proletário e tornar-se-iam dóceis e submissos, como seus antepassados que também possuíam uma casa própria.

Como vemos nunca será possível para os capitalistas resolver o problema da casa própria nos parâmetros da propriedade privada, como todos os problemas sociais causados por eles. Assim só será possível fazer tais reformas, como a sugerida pelo senhor Sax, que não para resolver o verdadeiro problema para a classe menos favorecida, mas para aprisioná-los ao Estado e ao controle burguês (como afirmou o próprio Sax).

## O POR realizou sua escola de quadros

Desta vez, dadas as circunstâncias, nossa escola de quadro foi descentralizada, sendo realizada em três estados. Foi organizada sobre a base dos folhetos: “História da IV Internacional”, escrita por Guillermo Lora e que consta do livro “História das Quatro Internacionais”; “A Guerra e a IV Internacional”, de Leon Trotsky, escrito em 1934; e “Como funciona a Célula”, que consta do livro “O Partido e sua Organização”, de Guillermo Lora.

Os dois primeiros textos fundamentam os princípios, programa e método da revolução e internacionalismo proletários; o segundo, a estrutura do partido leninista que corresponde ao programa, traz a rica experiência de construção partidária do POR boliviano, a partir da qual se confirma a concepção leninista e a generaliza teoricamente.

Nossa tarefa estratégica é a de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O estudo do percurso feito pela Oposição de Esquerda Russa e depois, como continuidade, do da Oposição de Esquerda Internacional até a formação da IV Internacional é imprescindível para se compreender o processo de restauração do capitalismo na ex-União Soviética e em todos lugares em

que o proletariado derrotou a burguesia (Hungria, China, Iugoslávia, Cuba etc), bem como extrair as lições históricas e programáticas para a atualidade.

Não se pode construir o partido marxista sem incorporar a luta contra a degenerescência estalinista, que substituiu o princípio comunista do internacionalismo pelo do “socialismo em um só país”, obra de Stalin e seus acólitos. Inclui a destruição do partido bolchevique e da III Internacional pelo revisionismo e burocratismo estalinista.

Dada a situação específica da regional de Rondônia, a escola de quadros sofreu uma alteração. Discutiu-se pontos como: a questão agrária e o MST, o método revolucionário marxista e o foquismo pequeno-burguês, o reformismo e o centrismo, a teoria marxista do Estado e a concepção materialista da história.

A escola de quadros tem a função de elevar a compreensão teórica e histórica da militância através das experiências internacionais do proletariado. O marxismo é a teoria científica do proletariado, que conforma um sistema de idéias e método que generalizam as experiências da luta de classe e revelam as leis contraditórias de funcionamento do capitalismo.

Entre vários aspectos, destaca-se a conquista do materialismo histórico, método que permite a vanguarda da classe operária construir o partido no seio dos oprimidos e atuar sobre a realidade para transformá-la pela via da revolução social.

Como se vê, o objetivo da escola de quadro é de preparar a militância para a luta revolucionária. Participam dela os membros do partido, segundo critério determinado pela situação partidária e só devem ser convidados aspirantes que estejam para entrar no partido, desde que haja uma avaliação precisa. A preparação rigorosa e a seriedade caracterizam a escola de quadro. Se assim não for, não se trata de escola revolucionária e acaba tendo efeito contrário ao esperado.

Pela avaliação de uma das regionais, houve o defeito da má preparação e atitudes não condizentes com o caráter que deve ter os revolucionários. Nesse caso, é preciso analisar o defeito, realizar a crítica e autocrítica e refazer a escola de quadro. E aqueles que não se valeram da experiência para fortalecer a militância devem ser separados do partido. Os marxistas primam pelo rigor e concentram suas energias para o trabalho revolucionário.

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciada no Massas n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui nesta parte é colocado como se deve preparar a militância para a incorporação no partido.

## **Manual do Organizador Incorporação Massiva de Militantes (VII)**

Muitas vezes os militantes que buscam novos contatos para o Partido não encontram uma forma adequada, que permita sua elevação à condição de simpatizantes e passam eternamente a discutir sobre tudo. Às vezes, para não ofender a ingenuidade política do contato, não colocam claramente as verdadeiras posições políticas do POR; as discussões se diluem em futilidades, sobre cultura em geral.

Para converter rapidamente os contatos em simpatizantes do POR, devemos expor-lhes de forma sintética e precisa quais são nossas idéias políticas.

Em uma discussão, pode-se explicar que partimos do marxismo e que este considera a preeminência da matéria sobre a idéia; que a matéria, a sociedade e todos os fenômenos estão em constante transformação (movimento dialético); que este movimento é o resultado do choque das forças antagônicas que necessariamente se produzem no seio dos fenômenos. A dialética coloca que os fenômenos estão em constante mudança e não acabados de uma vez por todas; além de estarem inter-relacionados com outros fenômenos, formando os processos.

Sobre o materialismo histórico (o marxismo aplicado ao estudo da sociedade), é suficiente explicar brevemente o que é a estrutura econômica da sociedade (relações de produção, que correspondem a certo grau de

desenvolvimento das forças produtivas em nível mundial), a natureza determinante, em último termo, de sua fisionomia e da superestrutura. A inter-relação entre estrutura e superestrutura. A transformação da sociedade pela luta entre as forças contrárias, desta vez entre as forças produtivas e as relações de produção. A divisão da sociedade em classes antagônicas. A função do Estado. As etapas da história da humanidade. O capitalismo (separação entre os meios de produção, monopolizados pela burguesia e a força de trabalho, proletariado); exploração da classe operária e mais-valia. Natureza do Imperialismo: exportação de capital financeiro que motiva a exploração econômica. Metrôpoles e países atrasados: nação opressora e nação oprimida.

Em outra discussão, pode-se apresentar uma visão panorâmica do programa do POR. Isto para fixar suas idéias centrais, imprescindíveis, aquilo que nos diferencia de outros grupos e que nos define com nitidez. Em outras palavras: devemos buscar as teses que sem estar de acordo com elas não é possível a militância no partido. Tentemos assinalar estes pontos:

Bolívia é um país atrasado. A opressão imperialista. As classes sociais (proletariado, burguesia servente do imperialismo e burguesia nacional, campesinato, nacionalidades oprimidas, classe média: estudantes, professores, artesãos, nova classe média). Natureza da revolução (o que serão a revolução e a ditadura proletárias). Métodos de luta

(da revolução proletária, transformação dos métodos das outras classes). Cumprimento das tarefas democráticas pelo proletariado no poder e sua transformação em socialistas. Mobilização e ação direta das massas e parlamentarismo. Inter-relação entre estratégia e tática. A tática da Frente Única Antiimperialista e o lugar que ocupa a libertação nacional dentro da revolução proletária. Necessidade do Partido Operário. A Quarta Internacional.

Podendo realizar uma reunião semanal (de uma hora a uma hora e meia), o trabalho de transformação do contato em simpatizante deve se concluir em 30 a 45 dias. Se isto não ocorrer corremos o risco de perder simpatizantes e de eternizarmos num trabalhos sem perspectivas.

Esta atividade não pode ser tratada como uma atividade individual ou que deve ser abandonada à iniciativa dos militantes; mas ao contrário, nos encontramos ante um trabalho que deve ser realizado coletivamente pela célula. O contato deve começar por ser checado a fim de assegurar de que não oferece perigo à organização. A célula deve educar seu militante a discutir e orientar o contato, discutir o conteúdo e a natureza das discussões, etc. Por outro lado, não deve incorrer no erro de encarregar esta tarefa a somente um militante, mas que a maioria dos militantes seja capacitados para cumprir esta tarefa. Desta forma, se assegura a possibilidade de nos conectarmos e ganhar para o partido uma maior quantidade de simpatizantes.

**Bolívia - Campanha contra as demissões**

# Campanha pela liberdade Vilma Plata e Juan Carlos Martinez

A regional do POR em Rondônia e o Comitê contra a Opressão Social e Política colheram centenas de assinaturas pela liberdades dos companheiros bolivianos. Diz assim o abaixo-assinado:

“A crise estrutural do capitalismo em escala mundial, reflete-se com maior intensidade nas semicolônias, como o Brasil, Argentina, Bolívia etc. A Bolívia representa um grande exemplo da luta revolucionária a ser seguida pelo mundo inteiro. Cabe aos explorados das mais diversas partes do mundo defender a luta revolucionária da Bolívia e, por conseguinte, os revolucionários que estão sofrendo conseqüências da opressão burguesa contra o avanço da luta dos oprimidos pela destruição do sistema apodrecido que escraviza as maiorias. O Comitê Contra a Opressão Social e Política e de Solidariedade Nacional e Internacional, conclama todas as entidades que se reivindicam defensoras das massas a fortalecer a campanha deste Comitê em defesa da libertação imediata dos camaradas revolucionários bolivianos: Vilma Plata, que foi condenada a 18 meses de prisão e Juan Carlos Martinez, declarado rebelde e contumaz. privado dos seus direitos civis com ordem de confisco de todos os seus bens e mandado compulsório de prisão. O delito dos dois combatentes é lutar para pôr fim a esta ordem social caduca e putrefata, por serem insubornáveis dirigentes sindicais e conseqüentes militantes da revolução. Neste momento, é de suma importância construir os Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia e daqueles que lhes representam nas diversas instituições, que buscam sustentar a sociedade capitalista defendendo os opressores (a burguesia). Por estas e outras razões, chamamos a juventude

estudantil e trabalhadores em geral empregados e desempregados a defenderem a liberdade imediata destes revolucionários bolivianos. É dever de todas as entidades que se reivindicam defensoras das massas, defender estes revolucionários e, desta forma, a construção do Partido Mundial da revolução, fortalecendo a luta do Partido Operário Revolucionário (POR), como parte desta luta, até a construção do socialismo -fase de transição para a sociedade sem classes - o comunismo.

**Continua a campanha: Abaixo-assinado com dezenas de assinaturas exigindo a libertação e anulação dos processos. E Tribunais Populares para julgar os verdadeiros culpados da miséria e opressão social dos trabalhadores.**

Em São Paulo, o POR tem denunciado a repressão aos líderes revolucionários bolivianos nas assembléias e reuniões sindicais. Chama os trabalhadores da educação a exigir a imediata liberdade para Vilma Plata e Juan Carlos Martinez e levanta a bandeira de “Abaixo o governo pró-imperialista e fascista de Banzer”. Em Diadema (SP), o abaixo assinado, com o repúdio dos trabalhadores brasileiros, é dirigido ao consulado boliviano e ao governo Banzer.

## **A campanha do POR boliviano**

“Usar a ação direta das massas, não se iludir nos caminhos judiciais, para impedir que sejam levados ao cárcere os líderes”:

Juan Carlos Martinez, Vilma Plata, Mario Mancilla, Walter Romero.

## **Campanha do POR pela imediata readmissão dos professores grevistas**

O POR vem denunciando nas escolas e em todas as reuniões a violência do governo Alckmin contra 4 professores grevistas: Antônio Geraldo Justino, Cláudio Augusto Rocha, Marcos Roberto Menin e Cleosmire Gonçalves dos Santos. Exige o fim dos processos punitivos e a readmissão dos professores exonerados. Aponta que para barrar a ofensiva repressiva do governo é preciso que as massas exploradas ganhem as ruas e defendam o direito de greve e manifestação. Somente a ação direta readmitirá os companheiros demitidos.

## **Moção da Associação dos Professores da PUC-SP**

**Ao governo Alckmin e à Secretária da Educação  
Fim da repressão aos professores grevistas  
Imediata readmissão dos demitidos**

A Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc) vem perante o governador, Geraldo Alckmin, e a secretária da educação, Rose Neubauer, expressar o mais veemente repúdio ao processo policial/administrativo e a conseqüente demissão dos professores grevistas: Antônio Geraldo Justino, Cláudio Augusto da Rocha, Marcos Roberto Menin e Cleosmire Gonçalves dos Santos. Trata-se de uma medida punitiva que fere o direito de greve e de manifestação dos trabalhadores.

Temos presenciado o recrudescimento da atuação do Estado, através de suas forças repressivas, contra os movimentos sociais. Acompanha essa escalada autoritária, o

argumento governamental de que se cumpre requisitos da democracia. Na realidade, as medidas violentas contra os grevistas e o movimento representam um complemento à política econômica de arrocho salarial, desqualificação do trabalho, privatização, desemprego e fim de conquistas sociais. Há uma relação intrínseca entre o movimento grevista, os ataques repressivos do governo, a situação econômica e as reformas anti-populares.

Para sustentar orientação tão contraditória, o governo utiliza-se de arbitrariedades e de prepotência como a de expulsar da rede de ensino aqueles que mais se destacam na luta de resistência.

Contra isso, a Apropuc sai em defesa dos trabalhadores demitidos e das liberdades democráticas. Reivindicamos o fim de todo o processo punitivo e a readmissão imediata dos professores exonerados.